

Ficção e História em Antônio Chimango

Carlos Alexandre Baumgarten
FURG

1 - Literatura e História

A relação entre Literatura e História, entre discurso histórico e discurso ficcional vem preocupando, desde há muito, historiadores e teóricos da literatura. Há diferença entre a narrativa histórica e a ficcional? Pode-se pensar a primeira como ciência e a segunda como arte e, nessa medida, como formas narrativas irremediavelmente distintas? Estas são algumas das questões que os estudiosos têm procurado responder.

Roland Barthes, em ensaio de título *Le discours de l'histoire*,¹ lança o problema para o plano do discurso e, valendo-se da lingüística moderna, busca ver em que aspectos a narrativa ficcional se aproxima ou se distancia da narrativa histórica. Para tanto, promove a análise dos processos de enunciação num e noutro tipo de discurso, bem como sua relação com o enunciado no âmbito da História e da Ficção. Reconhece, então, duas atitudes básicas que ocorrem no plano da enunciação: uma primeira em que o historiador, e mais raramente o romancista, refere-se às fontes consultadas ou testemunhos de terceiros, promovendo o cruzamento de, no mínimo, dois discursos diferenciados: - o do enunciador e o da fonte ou testemunho a que se recorre; a segunda contrapõe duas temporalidades distintas, ou seja, a do tempo da enunciação e a do tempo do enunciado. Neste caso, o tempo da enunciação manifesta-se pela presença subjetiva do enunciador que, ao interferir no relato, revela uma postura própria, seja ele um historiador, um poeta ou um romancista.

O reconhecimento da existência de dois planos temporais distintos que interferem na construção do discurso histórico, leva Barthes a aproximá-lo do ficcional, uma vez que o tempo da enunciação no texto da História corresponde ao tempo da escrita no romance, enquanto o tempo do enunciado diz respeito ao chamado tempo da aventura na narrativa de cunho ficcional.

¹ BARTHES, Roland. *Le discours de l'histoire*. In: *Poétique* (49). Paris: Seuil, fev. 1982. p. 13-21.

LANÇAMENTOS DA EDIPUCRS

Em co-edição com a Editora Vozes Ltda.

FREITAS, Juez. *A Substancial Inconstitucionalidade da Lei Injusta*. 1989, 116p.

ORO, Ari Pedro. *Na Amazônia um Messias de Índios e Brancos: traços para uma antropologia do messianismo*. 1989, 208p.

Pedidos diretamente à (ou às filiais):

EDITORA VOZES LTDA.

Rua Frei Luis, 100 - Caixa Postal 90023
25 600 - Petrópolis/RJ - Fone (90 242) 43-5112

Barthes abre, ainda, outras possibilidades de relação entre os discursos histórico e ficcional, quando reconhece que todo discurso é ideologicamente marcado pela seleção que tanto o historiador quanto o romancista realizam no que se refere aos fatos presentes na realidade. Esta seleção cria, em verdade, um segundo sentido, algo que já não corresponde inteiramente à realidade observada, determinando que História e Literatura tenham uma existência puramente lingüística, cujo efeito é a *ilusão do real*.

Contudo, é com *Temps et récit*,² de Paul Ricoeur, que há um maior aprofundamento da discussão em torno das relações existentes entre História e Literatura. Em seu estado, Ricoeur parte do princípio de que o caráter de ciência, conquistado pelo conhecimento histórico, não elimina a base narrativa que mantém o seu vínculo com o ficcional. Nessa medida, propõe que a História, mesmo a mais distanciada da forma narrativa, continua vinculada à compreensão narrativa pelo que chama de *elo de derivação*, elemento passível de reconstrução mediante a utilização de um método apropriado.

Entendendo História e Ficção como pertencentes ao âmbito da narrativa, Ricoeur tenta provar que o nexo a unir uma e outra área do conhecimento ocorre no plano da temporalidade, já que tudo o que se conta acontece no tempo e desenvolve-se temporalmente. Para realizar a tarefa a que se propõe, Ricoeur considera como principal elemento a compreensão narrativa, relacionada ao nível lingüístico do enredo como forma de discurso. Nesse sentido, aproxima-se da proposição de Barthes, aceitando a dicotomia lingüística entre enunciado e enunciação.

A diferença entre enunciado e enunciação é interpretada por Ricoeur como uma decorrência da função sintética do enredo, como uma flexibilidade característica da narrativa que, relacionando os fatos entre si (enunciado), também se reporta à sua própria operação de narrar (enunciação). Desta relação emerge a dualidade temporal, reconhecida pela Teoria da Literatura, entre o tempo do narrado (aventura) e o tempo do narrar (escrita). Entre uma e outra temporalidade, ocorrem discrepâncias (anacronias), além de variações no que diz respeito à duração contida entre os acontecimentos imaginários e o discurso que os narra, estabelecendo-se um jogo entre os tempos, uma experiência temporal fictícia, facultada por outros elementos como o ponto de vista e a voz. Enquanto o primeiro obriga o leitor a olhar no mesmo sentido que o autor ou a personagem, o segundo demarca o presente da narração a partir do qual o mundo do texto é a ele apresentado. Considerando-se a voz, a história contada entra sempre como posterior a esse presente da voz em ato, como se pode perceber na seguinte afirmação de Ricoeur:

... les événements racontés dans un récit de fiction sont des faits passés pour la voix narrative que nous pouvons tenir ici pour identique à l'auteur impliqué, c'est-à-dire à un déguisé

2 RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983-85. Tomes I, II e III.

sement fictif de l'auteur réel. Une voix parle qui raconte ce qui, pour elle, eu lieu. Entrer en lecture, c'est inclure dans le pacte entre le lecteur et l'auteur la croyance que les événements appartiennent au passé de cette voix.³

Nessa perspectiva, o tempo ficcional não sofre qualquer espécie de limitação, a não ser a da própria estrutura da narrativa que o articula. Sendo assim, as anacronias interrompem e invertem o tempo cronológico, deslocando presente, passado e futuro, podendo mesmo fazer com que a sucessão temporal contraia-se num momento único, acrônico e intemporal. Este tipo de experiência temporal própria do discurso ficcional não ocorre no plano da História, que deve ater-se ao tempo cronológico.

Por esta razão, se História e Ficção, por um lado, se entrecruzam em função de uma mesma base narrativa, por outro, se distanciam em razão do tratamento diferenciado que conferem ao plano temporal. Nessa medida, para Ricoeur, à irreabilidade específica da Ficção com o seu *quase passado* opõe-se o *passado real* da História, como se depreende da seguinte passagem:

Une conviction robuste anime ici l'historien: quoi que l'on dise du caractère sélectif de la collecte, de la consultation des documents, de leur rapport aux questions que leur pose l'historien, voire des implications idéologiques des toutes ses manoeuvres - les recours aux documents signale une ligne de partage entre histoire e fiction: à la différence du roman, les constructions de l'historien visent à être des reconstructions du passé. A travers le document et au moyen de la preuve documentaire, l'historien est soumis à ce qui, un jour, fut. Il a une dette à l'égard du passé, une dette de reconnaissance à l'égard des morts, qui fait de lui un débiteur insolvable.⁴

Todavia, é importante observar-se que o *passado real* da história é sempre mediado por uma consciência presente e, nesse sentido, tanto no ato da produção (historiador) quanto no ato da recepção (leitor da narrativa histórica) ocorre um processo de presentificação do fato histórico. Por mais que o historiador se alicerce em documentos e depoimentos, estes serão sempre permeados por uma consciência atualizada. Logo, é questionável a distinção proposta por Ricoeur entre o *quase passado* da Ficção e o *passado real* da História. Parece que a única distinção que resiste é a apoiada na obediência devida pela narrativa histórica à cronologia dos acontecimentos. Semelhante observação pode ser encontrada no texto *Narrativa histórica e narrativa ficcional*, de Benedito Nunes, que afirma:

3 RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Tome III. Paris: Seuil, 1985. p. 276.

4 Ibidem, p. 203-4.

A distância temporal interferente alerta-nos sobre o equívoco do conceito de representação nesse domínio. Aplicá-lo seria pressupor que o historiador reconstrói uma realidade original dada. Ora, entre o historiador e a realidade não mais existente, que deixa de ser, a relação, nem de completo distanciamento nem de coincidência, só pode ser analógica, de caráter metafórico, o que é compatível com o plano configurativo da narrativa.⁵

O historiador, tal como o narrador da narrativa ficcional, recria o passado que a narrativa traz de novo ao presente, elemento que o obriga a configurar o mundo próprio da obra, apto a reconfigurar-se, pelo efeito da leitura, numa visão do mundo real e histórico. Assim, quando Ricoeur afirma que *les effets de la fiction, effets de révélation et de transformation, sont pour l'essentiel des effets de lecture*⁶ está de certa forma reconhecendo que o mesmo procedimento ocorre no processo de recepção da narrativa histórica, uma vez que o leitor contribui com suas expectativas e seu presente para conferir significação aos acontecimentos históricos.

Nessa medida, a afirmação de Ricoeur de que *c'est à travers la lecture que la littérature retourne à la vie, c'est-à-dire aux champs pratique et pathique de l'existence*⁷ serve também para a narrativa histórica, cujos afetos emergem ao presente tanto pela ação do narrador (historiador) quanto pela ação do leitor que, ao interagir com o texto, o atualiza, conferindo-lhe um significado presente. Em outras palavras, a leitura ficcionaliza a História na mesma proporção que historiciza a Ficção, uma vez que a voz narrativa, tanto num caso como noutro, situa no passado o mundo da obra.

Como se pode observar, História e Literatura, embora apresentem elementos distintos, mostram-se muito mais próximas do que distanciadas, já que ambas possuem uma base narrativa comum da qual deriva uma série de procedimentos também comuns aos dois campos do conhecimento humano.

2 - Antônio Chimango: Ficção e História

Uma leitura de *Antônio Chimango*, de Amaro Juvenal,⁸ aponta claramente para a coexistência, no interior da narrativa, de duas instâncias que, se não se excluem, são distintas no que diz respeito à matéria com que trabalham. Estes dois planos narrativos promovem, em verdade, o cruzamento do discurso ficcional com o discurso histórico, revelando o quão tênue é, por vezes, a distância entre estas duas modalidades de discurso.

A primeira instância, aqui denominada de instância do literário, é ocupada por um narrador observador ou autor implícito, e tem como principal preocupação a descrição da campanha sul-rio-grandense e a focalização do gaúcho em sua psicologia, hábitos e costumes. A segunda, neste estudo referida como instância da história, tem como condutor do processo narrativo o tropeiro Lautério. Esta seqüência narrativa tem justificada a sua inclusão no plano da História, porquanto é nela que são recuperados o momento histórico e político sulino do início do século XX e a trajetória de Antônio Augusto Borges de Medeiros.

As duas instâncias narrativas ocupam, no decorrer do texto, o seguinte espaço:

- 1ª instância: - Oferta. 1 sextilha

1ª ronda. 9 sextilhas = 1ª à 9ª

2ª ronda. 11 sextilhas = 33ª à 43ª

3ª ronda. 13 sextilhas = 65ª à 77ª

4ª ronda. 13 sextilhas = 97ª à 109ª

5ª ronda. 22 sextilhas = 147ª à 168ª

- 2ª instância: - 1ª ronda. 23 sextilhas - 10 à 32ª

2ª ronda. 21 sextilhas - 44ª à 64ª

3ª ronda. 19 sextilhas - 78ª à 96ª

4ª ronda. 37 sextilhas - 110ª à 146ª

5ª ronda. 45 sextilhas - 169ª à 213ª

5 NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org). *Ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. p. 33.

6 RICOEUR, Paul. Op. cit. nota 3. p. 149.

7 Ibidem, p. 149.

8 *Antônio Chimango*, de Amaro Juvenal, pseudônimo de Ramiro Fortes Barcellos, teve sua primeira edição realizada clandestinamente no ano de 1915. O texto, cujo objetivo central é a sátira política à figura de Antônio Augusto Borges de Medeiros, então Governador do Estado, foi motivado pelos episódios envolvendo a eleição para o Senado, em que Ramiro Barcellos foi derrotado por Hermes da Fonseca, protegido de Pinheiro Machado e de Borges de Medeiros.

2.1 - A instância do literário

Nesta primeira seqüência da narrativa, como já foi referido anteriormente, traça-se o perfil do homem sul-rio-grandense.⁹ Inicialmente, é ele apresentado em seus hábitos alimentares, destacando-se a presença constante da carne e do chimarrão, como se observa nas seguintes passagens:¹⁰

*Comeu-se carne a la farta,
Depois veio o chimarrão
Correndo de mão em mão;
Té que a água se acabasse
E a tropa se acomodasse
Se foi fazendo serão. (p. 56)*

*Ansim pois que nesta noite
Foi grande o contentamento:
Tempo lindo, nenhum vento,
Mate e carne, com fartura,
Lenha seca e água pura
Não faltou no campamento. (p. 65)*

Ao lado de seus hábitos alimentares, o gaúcho é apresentado em suas habilidades, no seu fazer. Nesse sentido, caracteriza-se por ser um excelente tropeiro na condução do gado do qual é um exímio manejador:

*Não tinha havido desconto,
Gado mui bem conduzido,
Sobretudo bem bebido,
Pastando em marcha e reponte;
Até passou numa ponte
Sem mesmo ter percebido. (p. 64)*

9 Na análise do texto, é utilizada a tipologia do regionalismo sul-rio-grandense elaborada por MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.

10 Todas as citações do texto de Amaro Juvenal pertencem à seguinte edição: JUVENAL, Amaro, pseud. (BARCELLOS, Ramiro Fortes de). *Antônio Chimango*. Porto Alegre: Globo, 1961. No corpo do estudo, aparecem referidas apenas as páginas das passagens citadas.

*Vendo a ponta do outro lado,
O resto frechou direito.
Não é lá qualquer sujeito,
Não é qualquer mata-cobra
Que executa esta manobra
E passa um gado com jeito. (p. 84)*

Além de excelente no manejo da tropa, o gaúcho apresenta uma perfeita integração com o cavalo, permanente companheiro em todas as atividades que desempenha no seu dia-a-dia:

*Não tem que esperar socorro
Naquele imenso perigo;
No cavalo tem o amigo
Em quem se pode fiar
E no mais é atropelar
Contando apenas consigo. (p. 97)*

No que diz respeito à sua constituição moral, o gaúcho presente na primeira seqüência narrativa aparece revestido de atributos exclusivamente positivos. Nesse sentido, são destacadas sua fraqueza, hospitalidade, valentia e seriedade:

*Mui franco o dono da casa,
Moço guapo e bonanchão,
Ofereceu logo o galpão,
Água, lenha, mate doce;
Parecia até que fosse
A tropa de um seu ermão. (p. 75)*

*Nas trevas da negra noite
O gaúcho destemido,
Corre, seguindo o ruído,
Sem medo ou temor da morte;
E vai, sem rumo e sem norte,
Guiado só pelo ouvido. (p. 97)*

No vestuário, a figura do gaúcho também ganha um aspecto distintivo, uma vez que se faz acompanhar do chapéu com barbicacho e do poncho, abrigo indispensável para enfrentar o clima rigoroso do inverno sulino.

Com base nestes poucos exemplos, pode-se perceber que Amaro Juvenal reproduz em seu texto a mesma visão do gaúcho herói, elaborado pela narrativa sul-rio-grandense do final do século XIX e início do século XX e que marcou significativamente as obras de Alcides Maya, Simões Lopes

Neto, Roque Callage e outros. Nessa medida, o gaúcho que preenche a instância do literário - pura criação literária - caracteriza-se por identificar-se com o peão de estância e por revestir-se de atributos, sejam eles físicos ou morais, carregados de positividade.

Da natureza do gaúcho não participam o estrangeiro e o anti-herói personificado pelo Chimango, à medida que são destituídos de toda a positividade característica do primeiro. Se a distinção entre o gaúcho herói e o anti-herói Chimango ocorre na contraposição das duas instâncias narrativas, a oposição com o estrangeiro se faz já na primeira seqüência narrativa. Este, ao contrário do herói, aparece marcado pelo espírito mercantilista e pela ausência do caráter hospitaleiro:

*Depois de acertar-se o preço
C'o dono que era galego,
E que tirava o pelego
De um pobre necessitado,
Tudo ficou arranjado
Pra uma noite de sossego. (p. 99)*

Na caracterização do ambiente, *Antônio Chimango*, de Amaro Juvenal, também reduplica os processos comuns à narrativa regionalista, porquanto privilegia o espaço da campanha sul-rio-grandense, que se constitui no cenário dos acontecimentos narrados. Assim, é a paisagem da campanha o pano de fundo para a ação: é a estância com suas invernadas, encerras e galpões; são as coxilhas e os rios. É neste espaço que se tem uma das passagens mais significativas do texto, no momento em que se descreve o estouro da boiada e as ações empreendidas para detê-lo:

*E, num vá, deu-se o estouro...
Que parecia taquara
Estralando na coivara
Num fogo que o vento ateia.
Amigos, é coisa feia
Quando uma tropa dispara. (p. 96)*

*Era só aspa batendo
No meio da escuridão,
Tropel das patas no chão,
Os gritos de - volta! volta!
Como um raio que se solta
Do ribomão de um trovão (p. 97)*

A crítica ao poder constituído, se é desenvolvida especialmente na segunda instância, já aparece na primeira seqüência da narrativa, como se pode

ver nas sextilhas 149 e 150, onde o gaúcho aparece como alguém abandonado pelo governo:

*Mais valia andar sem poncho
E tropear durante o inverno
Que meter-se nesse inferno
De cercas que não têm fim.
Mas, que seja tudo ansim...
Que bem l'importa o governo? (p. 95)*

*O tropeiro que se amole,
Ou mude de profissão;
Que o governo tem função
Mais nobre a desempenhar:
Gente pra qualificar
E os preparos da eleição. (p. 96)*

Como se pode ver, a primeira instância procura preservar a figura do gaúcho-herói, elaboração literária do mito do gaúcho, característica do regionalismo literário sulino. Com este procedimento, Amaro Juvenal garante a inclusão de sua obra no processo literário sul-rio-grandense, via regionalismo, não se constituindo, portanto, num caso a parte como inicialmente se poderia pensar. Além disso, justifica plenamente o posicionamento assumido, pelo mesmo narrador em terceira pessoa, na sextilha que constitui a *Oferta*, na abertura do texto:

*Velho gaúcho - Insaciável
De fazer aos mandões guerra,
Nestas páginas encerra
Por um pendor invencível -
Seu amor - Incorrigível
Às tradições desta terra. (p. 53)*

2.2 - A instância da História

A instância da História, narrativa em primeira pessoa, corresponde à elaboração da figura do anti-herói, encarnado pelo Chimango (Borges de Medeiros), e ao estabelecimento da oposição entre o Rio Grande de ontem - glorificado - e o Rio Grande presente - degradado.

O anti-herói é construído pela voz de Lautério, que narra a história do Chimango desde o nascimento até sua ascensão ao poder. Ao conferir esta tarefa a Lautério, Amaro Juvenal angaria veracidade para esta segunda instância narrativa, porquanto aquele, em razão de sua constituição inteiramente positiva, possui credibilidade suficiente junto ao leitor.

O Chimango, em oposição ao gaúcho da primeira seqüência narrativa, tem hábitos alimentares em tudo estranhos ao habitante da campanha sulina. Em lugar do churrasco e do chimarrão, suas preferências dirigem-se para outro tipo de alimentação:

*Isso então... era um alarme!
Feijão, milho assado, mel,
Cangica, rolão, pastel...
Tudo, tudo ele topava;
Parece que sempre andava
As voltas c'o Rafael. (p. 67)*

O anti-herói apresenta-se, além disso, destituído das habilidades próprias do gaúcho. Nesse sentido, não tem ele qualquer afinidade com as lides campeiras e pauta suas atividades pela realização de tarefas que o contrapõem ao modelo do homem sul-rio-grandense construído na primeira instância narrativa:

*Mas, vendo o coronel Prates
Que se criava um remisso,
Foi le inventando serviço
Mesmo ali pelo terreiro:
Cuidar porco no chiqueiro,
Puxar água num petiço. (p. 79)*

*Socar quísera pros pintos,
Dar milho aos galos de rinha,
Apalpar cada galinha
Pra ver as que tinham ovo;
Ouvir o que dizia o povo
Miúdo, lá na cozinha. (p. 79)*

Em verdade, as atividades desenvolvidas pelo Chimango são, no âmbito da narrativa regionalista sulina, próprias das mulheres, fato que contribui para acentuar sua oposição ao gaúcho-herói, cuja marca mais significativa é a virilidade. Ao lado desse aspecto negativo de seu fazer, deve-se salientar a sua total ausência de identificação com o cavalo:

*No meio da gurizada,
Quando brincava de laço,
Era o Chimango o paião,
Nunca acertava um pealo;
E se montava a cavalo,
Não troteava... era no passo. (p. 67)*

A negatividade que marca os hábitos alimentares e as atividades desenvolvidas pelo anti-herói, é fortemente acentuada quando da descrição de sua conformação moral. Caracteriza-se ele, num contraponto com os atributos morais do herói, pela covardia, subserviência, falsidade e dissimulação:

*Tinha medo de morcego,
Corria, vendo pistola. (p. 67)*

*Tinha grande habilidade,
Com seu jeitinho de mico,
Pra fazer um mexerico
E amar com manha uma intriga;
Logo que havia uma briga,
Já le metia no bico. (p. 80)*

*Quem nasce pra ser mandado
Já traz marca na picanha;
E não dança a meia-canção
Sem que outro toque a viola;
Sempre a cabresto e na cola;
Andar só é que ele estranha. (p. 104)*

Em tudo o Chimango constitui-se na negação do herói, até mesmo no vestuário, uma vez que o chapéu com barbicacho e ao poncho prefere a camisola e as tamanquinhas:

*Tinha já mudado os dentes
E andava de camisola,
O Chimango, um tramanzola,
Molhava à noite o pelego; (p. 67)*

*Sempre em grande atividade
Nas tamanquinhas rabonas,
Ora enxugava as caronas,
Ora ia limpar o apero. (p. 80)*

A instância da História, além de conter a trajetória de Antônio Chimango (Borges de Medeiros), faz referências diretas a outras figuras da história sul-rio-grandense, bem como a situação geral do Rio Grande do Sul no alvorecer do século XX. Encontra-se neste caso a personagem do Coronel Prates, padrinho de Chimango, que representa Júlio de Castilhos. Este, ao contrário do afilhado, conserva os atributos próprios do herói, quer por seus hábitos e habilidades, quer por sua fortaleza moral:

*Era um home de respeito,
Trabalhador, campeiraço;
Tinha firmeza no braço,
Na vista a mesma firmeza;
Pois, era aquela certeza
Quando sacudia o laço! (p. 77)*

*Boleava como um charua
E nunca se atarantava;
Se por acaso rodava,
Nem le prestava atenção;
Rédea e cabresto na mão,
Fresco e de pé se aprumava. (p. 77)*

O mesmo não ocorre com José Pinheiro Machado que, diferentemente de Júlio de Castilhos, sofre a crítica e é satirizado por se revestir, como o anti-herói, das marcas da dissimulação e da astúcia. Em verdade, José Turuna (Pinheiro Machado) situa-se numa faixa intermediária, porquanto conserva também algumas das qualidades do gaúcho herói, em que se sobressaem a valentia e a identificação com o cavalo nas atividades campeiras.

Além disso, no plano da História, estabeleceu-se uma outra espécie de paralelo: entre o Rio Grande de Júlio de Castilhos e o de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado. O Estado aparece aqui simbolizado pela 'Estância de São Pedro' que, ao tempo de Castilhos, era ordenada, justa e próspera. Ao contrário, sob o mando de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, caracteriza-se pela decadência, injustiça e desordem geral. Nessa medida, a paisagem sulina, correspondente à instância da História, é o quadro da desolação:

*Tudo o que era de valor
Daquela gente campeira
Que tinha feito carreira
Quando o coronel vivia,
Não vale nada hoje em dia,
Não passa de bagaceira. (p. 107)*

*Pobre Estância de São Pedro
Que tanta fama gozaste!
Como assim te transformaste
Dentro de tão poucos anos,
De destinos tão tiranos
Não há ninguém que te afaste! (p. 107)*

*Qu'ê da tua cavalhada,
Qu'ê daquele lindo gado
Escolhido e bem criado
Naqueles campos de lei,
Onde o gaúcho era rei
E agora é negro surrado? (p. 108)*

*Na mão do triste Chimango
O arvoredado está no mato;
O gado... é só carrapato;
O campo... cheio de praga.
Tudo depressa se estraga
No poder de um insensato. (p. 108)*

Este quadro, ao mesmo tempo que retrata a decadência presente do Rio Grande, por outro lado, realiza a glorificação do passado como tempo bom, fato que reforça o trajeto percorrido pela primeira instância - a do literário -, uma vez que opõe o passado (positivo) ao presente (negativo), denunciando o tom conservador que o texto assume na análise que faz da realidade sul-rio-grandense.

Com base no que foi examinado até aqui, pode-se traçar a ideologia que acompanha toda a narrativa, quer seja a da instância do literário, quer seja a da instância da História. Embora a presença da sátira e da crítica, o texto de Amaro Juvenal mostra-se ideologicamente conservador, uma vez que vem apoiado:

- na exploração do mito do gaúcho, de acordo com o estabelecido pelo regionalismo literário sulino, reproduzindo, nesse sentido, a ideologia de uma classe que dele se vale para preservar a sua posição de mando;
- na utilização da sátira que visa não o ataque às instituições, que aparecem como boas, mas unicamente à pessoa de Borges de Medeiros;
- na supervalorização do passado (velho) em detrimento do presente (novo);
- na primazia que confere ao rural (estância) sobre o urbano, mascarando o presente sul-rio-grandense (séc. XX), que já é o espelho do processo crescente de urbanização do Estado.

Nessa medida, se as oposições, considerando-se as duas seqüências narrativas, se estabelecem entre personagens (herói/anti-herói), entre diferentes temporalidades (passado/presente) e no âmbito do processo narrativo (narrador em 3ª pessoa/narrador em 1ª pessoa), no plano ideológico tal não ocorre, uma vez que a visão de mundo que percorre as duas instâncias narrativas é a mesma, sendo ela um dos elementos a conferir e coerência ao texto de Amaro Juvenal. Por essa razão é que se pode justificar, apesar de toda a

configuração heróica do gaúcho, a presença das sextilhas 141 e 142, que bem atestam o caráter conservador da obra:

*O povo é como boi manso,
Quando novilho atropela,
Bufo, pula, se arrepela,
Escrapeteia e se zanga;
Depois... vem lamber a canga
E torna-se amigo dela. (p. 93)*

*Home é bicho que se doma
Como qualquer outro bicho;
Tem, às vezes, seu capricho,
Mas, logo larga de mão
Vendo no cocho a ração,
Faz que não sente o rabicho. (p. 93)*

Assim, a contradição inicial entre as duas instâncias, enquanto anúncio da morte do verdadeiro gaúcho (instância da história) e enquanto permanência do mito do gaúcho-herói (instância do literário), é corrigida pelo plano ideológico, diluindo-se nos objetivos do regionalismo literário.

Esta correção é possível porque tanto o narrador em 3ª pessoa quanto o narrador personagem determinam, pelo ato narrativo, a atualização de uma dupla temporalidade: a de um passado mais remoto, em que o Rio Grande caracterizava-se pela prosperidade, e a de um passado mais recente, ocupado pela liderança de Borges de Medeiros, cuja marca é a da decadência. O ato narrativo, além disso, denuncia a distância entre o tempo do enunciado, preenchido essencialmente pela trajetória de Lautério e de Antônio Chimango, e o tempo da enunciação, que se manifesta pela crítica à situação política e econômica por que passa o Estado.

José Saramago, em ensaio intitulado *História e ficção*, bem caracteriza esta situação constatada em *Antônio Chimango*, quando afirma:

Duas serão as atitudes possíveis do romancista que escolheu, para a sua ficção, os caminhos da História: uma, discreta e respeitosa, consistirá em reproduzir ponto por ponto os fatos conhecidos, sendo a ficção mera servidora duma fidelidade que se quer inatacável; a outra, ousada, leva-lo-á a entretecer dados históricos não mais que suficientes num tecido ficcional que se manterá predominante. Porém, estes dois vastos mundos, o mundo das verdades históricas e o

*mundo das verdades ficcionais, à primeira vista inconciliáveis, podem vir a ser harmonizados na instância narradora.*¹¹

No texto de Amaro Juvenal, percebe-se a presença da segunda atitude prevista por Saramago, uma vez que, embora lance mão da História, *Antônio Chimango* mantém a predominância do ficcional, conciliando História e Literatura através da instância narradora, que funciona como elemento mediador entre uma e outra modalidade de discurso.

Em verdade, ao realizar o cruzamento do literário - responsável pela reduplicação do mito do gaúcho -, como o histórico, - através da qual promove uma revisão da história política recente do Rio Grande -, Amaro Juvenal mostra não só ser possível a convivência entre estas duas formas de discurso, como a proximidade existente entre elas. Por esta razão, pode-se afirmar com Peter Gay que *do ponto de vista da profissão histórica moderna em geral, a arte e a ciência não se separam nitidamente, dividem uma longa fronteira cheia de meandros, que é atravessada pelo trânsito erudito e literário sem grandes impedimentos nem muitas formalidades.*¹²

11 SARAMAGO, José. História e ficção. In: *Jornal de Letras, Artes e Idéias*. Lisboa, mar. 1990, p. 19.

12 GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 167.